



PARECER ÚNICO Nº 505/2012
Indexado ao(s) Processo(s)

PROTOCOLO Nº 992531/2012

Licenciamento Ambiental:	28058/2011/001/2012	Deferimento
Outorga:	Processo 18802/2012, uso insignificante	
DAIA:	Processo 06479/2012	
DNPM:	831.217/2006	
Reserva legal:	Termo de Compromisso para averbação	
Referencia	Licença de Operação de Pesquisa- LOP	Validade: 2 anos

Empreendimento: Kinross Brasil Mineração S.A	
Empreendedor: Kinross Brasil Mineração S.A	
CNPJ: 20.346.524/0004-99	Município: Ouro Preto/MG

Bacia Hidrográfica: **Rio São Francisco** Sub Bacia: **Rio das Velhas**

Atividades objeto do licenciamento:		
Código DN 74/04	Descrição	Classe
A-07-07-1	Pesquisa Mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao Bioma Mata atlântica em estágio médio e avançado de regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de utilização expedida pelo DNPM.	3

Medidas mitigadoras: (x)SIM ()NÃO	Medidas compensatórias: (X)SIM ()NÃO
Condicionantes: (x)SIM ()NAO	Automonitoramento: (X)SIM ()NÃO

Responsável Técnico pelos Estudos Apresentados CERN – Consultoria e Empreendimentos de Recursos Naturais Ltda.	Registro de classe CNPJ 16.026.779/0001-89
--	---

Equipe Interdisciplinar:	MASP:	Assinatura
Carine Rocha Veiga	1255666-8	
Elenice Azevedo Andrade	1250805-7	
Flora Misaki Rodrigues	1274271-4	
Igor Rodrigues Costa	1206003-4	
Paulo Victor Couto Lima	83854-5	

Aprovação	Anderson Marques Martinez Lara Diretor de Apoio Técnico/ MASP 1147779-1	
De acordo:	Bruno Malta Pinto Diretor de controle processual /Masp 1220033-3	



1. INTRODUÇÃO

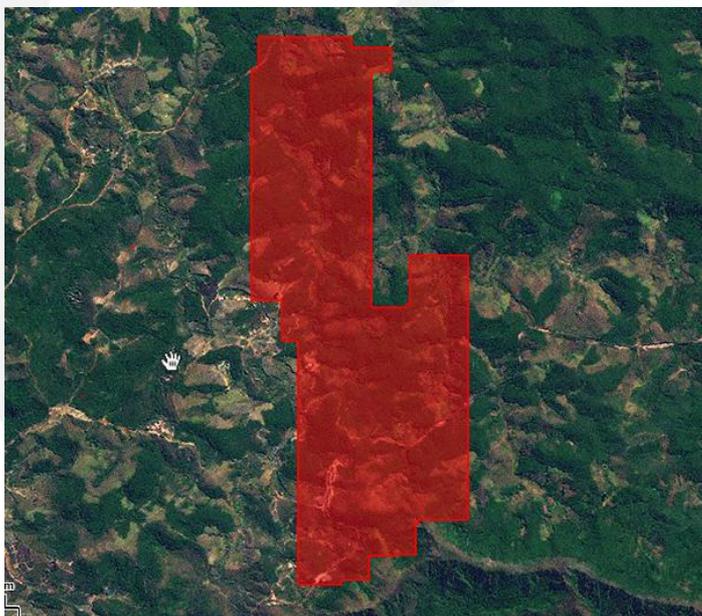
O presente parecer tem por objetivo subsidiar o julgamento do pedido de Licença de Operação de Pesquisa (LOP) para a atividade de Pesquisa Mineral de ouro sem Guia de Utilização pretendida pela Kinross Brasil Mineração S/A.

Em 03 de Outubro de 2012 foi formalizado o processo de Licença de Operação para Pesquisa Mineral - LOP, conforme FOBI 558776/2012, sendo apresentados os estudos ambientais pertinentes. O numero do DPM do local a ser pesquisado é 831.217/2006.

A análise técnica pautou-se na avaliação deste relatório, nas observações durante a vistoria técnica realizada no dia 05 de Dezembro (Auto de Fiscalização 85721/2012) e em informações complementares.

2. LOCALIZAÇÃO

O empreendimento esta localizado no município de Ouro Preto, na área denominada de Alvo Doutor. Precisamente no limite dos Distritos de São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, próximo à localidade Doutor Rocha Machado, também conhecida como Doutor Rocha Lagoa.



Fonte: Sigmime

3. DIAGNOSTICO AMBINETAL

Meio Físico

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 2/34
-------------	--	----------------------------------



O local do empreendimento está inserido a sudeste do Quadrilátero Ferrífero em uma região onde são encontrados xistos e filitos representados pelo Grupo Nova Lima (Supergrupo Rio das Velhas).

A principal estrutura identificada na região tem expressão regional, denominada Falha de São Vicente, localmente chamada Lineamento Paciência. Esta tem caráter compressional, dúctil, mapeada como uma frente principal de cavalgamento com intensas ocorrências de mineralizações de ouro ao longo da sua extensão.

Geomorfologicamente, o Quadrilátero Ferrífero configura-se como uma unidade morfoestrutural onde as estruturas geológicas exercem um importante controle nos processos de dissecação do relevo (VARAJÃO, 1991; SILVA, 2007). A região corresponde a uma superfície planáltica, onde a morfologia varia de suaves colinas nas áreas associadas às formações graníticas e gnáissicas dos complexos metamórficos, a trechos bastante acidentados, onde predominam cristas com vertentes ravinadas e vales encaixados, associados aos afloramentos de quartzitos, itabiritos e da canga ferruginosa (HERZ, 1978).

A Serra do Curral é uma unidade representada por cristas dominantes na direção noroeste-sudeste, onde as altitudes médias giram em torno de 1.200 metros. A encosta voltada para Belo Horizonte, a norte, mostra-se mais abrupta que a encosta voltada para o interior do Quadrilátero Ferrífero, a sul.

Com relação às cavidades, foi realizado um caminhamento espeleológico no intuito de identificar possíveis cavidades naturais na área objeto de estudo e em seu entorno. No entanto o resultado para o Potencial Espeleológico da referida área foi considerado Negativo para Cavidades e Feições Cársticas.

De acordo com o caminhamento realizado, a área pesquisada possui baixo potencial espeleológico, devido à litologia da região, tendo em vista que ao longo de todo o trajeto a rocha aflorante é o xisto, a qual não é propícia à formação de cavernas.

Através de análise pedológica, os solos encontrados na região foram: Cambissolo Háplico Tb distrófico, Latossolo Vermelho-amarelo Distrófico, Neossolo Litólico Distrófico, Latossolo Vermelho Distrófico e Argissolo Vermelho Distrófico, sendo que a área onde serão realizadas as sondagens se insere na área de Cambissolo

A área da Pesquisa Mineral está localizada na bacia do Rio das Velhas, mais precisamente no Alto rio das Velhas, na micro-bacia do ribeirão do Funil, sendo drenada pelos afluentes do Ribeirão Funil e Córrego do Feixo, os quais deságuam na margem esquerda do Rio das Velhas.

Visando ao conhecimento da qualidade das águas antes do início das atividades, foi realizado análise dos corpos d'água que drenam a região da área de pesquisa, foram feitas coletas em 6 pontos e análises de determinados parâmetros de qualidade de águas superficiais. Os pontos analisados podem ser vistos na figura abaixo.



Fonte: EIA

Para os pontos 4 e 6 foram analisados os seguintes parâmetros

pH	ORP	Temperatura	Condutividade Elétrica	Oxigênio Dissolvido
Turbidez	Alcalinidade Total	Alumínio Total	Arsênio Total	Cádmio Total
Cálcio Total	Chumbo Total	Cloreto	Cobre Total	Coliformes Termotolerantes
Cromo Total	Ferro Total	Fósforo Reativo Total	Fósforo Total	Magnésio Total
Manganês Total	Mercurio Total	Níquel Total	Nitrato	Nitrito
Potássio Total	Sódio Total	Sulfato	Sulfeto de Hidrogênio	Zinco Total

Parâmetros: ■ Físicos, ■ Químicos e ■ Microbiológicos.

Fonte: EIA

Para os demais pontos os parâmetros analisados foram



pH	ORP	Temperatura	Condutividade Elétrica	Oxigênio Dissolvido	Turbidez
----	-----	-------------	------------------------	---------------------	----------

Parâmetros: ■ Físicos e ■ Químicos.

Fonte: EIA

Os valores encontrados para os pontos pode ser visto na tabela a seguir.

Parâmetro	Unidade	DO1	DO2	DO3	DO4	DO5	DO6	Limite Inferior	Limite Superior
pH	-	5,98	6	6,1	7,3	5,9	6,91	6	9
ORP	mV	100	15	142	280	140	248	-	-
Temperatura	(°C)	22,1	22,7	22,2	25,1	21,3	22,7	-	-
Condutividade Elétrica	(μS/cm)	55,2	68,8	49,2	70,4	65,7	75,2	-	-
Oxigênio Dissolvido	(mg OD/L)	6,1	6,9	4,2	6,5	5,38	8,5	5	-
Turbidez	(NTU)	1,7	1,7	4,2	3,3	2,1	2,33	-	100
Alcalinidade Total	mg/L				31,8		30,7	-	-
Alumínio Total	mg/L				0,07		0,05	-	-
Cálcio Total	mg/L				3,19		3,5	-	-
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL				66		68	-	1000
Ferro Total	mg/L				0,79		0,13	-	-
Magnésio Total	mg/L				4,59		4,44	-	-
Manganês Total	mg/L				0,11		0,025	-	0,1
Potássio Total	mg/L				1,27		1,26	-	-
Sódio Total	mg/L				2,25		2,25	-	-

Fonte: EIA

Meio Biótico

Flora

A região de inserção da área do empreendimento é considerada uma região ecótono, ou seja, transição entre dois biomas, no caso Cerrado e Mata Atlântica. Devido à sua importância biológica e ao alto grau de ameaça a que está sujeito, tanto o Cerrado quanto a Mata Atlântica são considerados “hotspots”, ou seja, áreas prioritárias para conservação da biodiversidade a nível mundial.



O referido projeto é parte da fase de Pesquisa Mineral, a qual é composta por sondagens para pesquisa de ouro nos distritos de São Bartolomeu e Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais. Esta região está inserida no Quadrilátero Ferrífero (QF), é importante ressaltar que a mesma foi considerada como de extrema importância biológica em workshops realizados pela Fundação Biodiversitas, enquadrando-se nas regiões prioritárias para estudo e conservação da flora (COSTA et. al., 1998; DRUMMOND et. al., 2005). A região de Ouro Preto, no Quadrilátero Ferrífero, foi considerada pelo MMA (2002) como uma área prioritária de extrema importância biológica para a conservação da flora da Mata Atlântica brasileira.

No entanto estas áreas, tanto de Cerrado quanto Mata Atlântica, estão sujeitas a fortes pressões antrópicas econômicas e sociais advindas da aceleração de desenvolvimento industrial, exploração econômica dos recursos naturais, caça, extrativismo, poluição e destruição e fragmentação de *habitat*, associados a uma série de fatores que, conseqüentemente, submeteram estes dois biomas a uma intensa degradação de seus recursos naturais que comprometem a sobrevivência das populações de espécies vegetais e animais (MYERS ET AL., 2000; BIODIVERSITAS, 2005).

Devido às atividades já realizadas na região, o entorno da área de interesse já se encontra em amplo processo de antropização e nota-se que a área foco do presente estudo se caracteriza por ser um grande fragmento de mata em meio a uma matriz fragmentada por propriedades rurais, mas devido a características do relevo local, longas porções de vegetação nativa se mantém preservadas devido à presença de longas porções de cadeias montanhosas e vales, o que acaba por atuar como corredores ecológicos de passagem da fauna.

O diagnóstico da flora foi realizado através da metodologia - A Avaliação Ecológica Rápida (AER) - elaborada por SOBREVILLA & BATH (1992) para a ONG The Nature Conservancy (TNC). Essa metodologia, conhecida em inglês como Rapid Ecological Assesment, integra múltiplos níveis de informações, desde imagens de satélites a avaliações de campo com o máximo de detalhes. Utilizam-se as AER para caracterizar paisagens de uma forma ampla e rápida, para identificar aquelas comunidades naturais e habitats que são únicos ou que tem uma importância ecológica alta.

Para a classificação do estágio sucessional da vegetação existente na área, levou-se em consideração os parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração das Florestas Estacionais Semidecíduais, baseado na Resolução Conama n.º 423, de 13 de Junho de 2010 e na Resolução Conama n.º 392, de 25 de Junho de 2007.

De acordo com o levantamento realizado, a região onde está inserida a área de intervenção apresenta as seguintes classificações, de acordo com o uso e ocupação do solo: Floresta Estacional Semidecidual (FESD), Tipologia Cerrado e Área de Cultivo.

Localmente, segundo perímetro definido da ADA, a vegetação observada é característica de Floresta Estacional Semidecidual, não tendo sido observada a presença de vegetação típica de Cerrado, mas apenas algumas árvores isoladas das seguintes espécies: *Vochysia Tucanorum* (4 indivíduos) e *Roupala brasiliensis* (1 indivíduo)

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte - MG CEP 30.160-030- Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 6/34
-------------	--	----------------------------------



Fauna

Para a realização do diagnóstico da fauna da área foram utilizados dados secundários e primários.

Para a definição dos pontos de amostragem foram selecionados os seguintes critérios: presença de áreas florestadas, presença de corpos d'água, diversidade de fitofisionomias e diferenças altitudinais. Além destes critérios, foram considerados; o Layout da instalação da nova atividade de pesquisa e sua região de inserção, de maneira a dispor as estações de amostragem não só nos locais que poderão sofrer os maiores impactos no caso da implantação da sondagem, mas também abranger uma maior área, uma vez que a sondagem é uma atividade a ser realizada em área restrita. Assim, com uma amostragem na região de inserção poderemos conhecer melhor a área e prever futuros impactos caso o resultado da pesquisa mineral dê positivo e uma mina seja desenvolvida no local futuramente.

De acordo com o SIAM 2012 a área de inserção do alvo de pesquisa configura-se como Área com prioridade muito alta para a conservação da Avifauna e Herpetofauna, categoria baixa para a conservação da Mastofauna e Ictiofauna e por possuir uma alta vulnerabilidade natural.

Herpetofauna

Para as amostragens de répteis e anfíbios, foram utilizadas duas metodologias. A primeira consistiu na procura ativa de indivíduos em locais de agregações reprodutivas (brejos, riachos, lagoas, etc.) ou refúgios (sob troncos caídos, pedras, entulhos ou restos de habitações humanas, etc.), nos períodos diurno e noturno, percorrendo transectos em trilhas no interior de mata ou ao longo de riachos. A segunda metodologia consistiu em amostragens pontuais em poças e lagoas. Essa metodologia permite a contagem de indivíduos visualizados e também por meio do registro das vocalizações de anfíbios. As identificações taxonômicas e informações sobre endemismos, alimentação, distribuição geográfica, foram baseadas em literatura atual.

Anfíbios

Na Área de Influência Direta e Diretamente Afetada foram levantadas oito espécies de anfíbios anuros pertencentes a cinco famílias. Apesar do grande processo de antropização observado no entorno, devido a características do relevo local, permitindo a presença de longas extensões de vegetação nativa, foi-se levantado para o local de estudo um composição heterogênea e que aponta para a boa qualidade ambiental das áreas estudadas, principalmente devido a manutenção das matas ciliares. Percebeu-se que as áreas florestadas da região possuem estrutura viável para a manutenção de espécies com requisições ecológicas especialistas, como *Proceratophrys boiei*, *Ischnocnema izecksohni*, *Haddadus binotatus*, *Scinax longilineus* e *Scinax luizotavioi*. Entretanto, devido a forte pressão antrópica sofrida, principalmente na AID, foram encontradas também espécies de anuros com requisições ecológicas generalistas que vem se beneficiando pela expansão da fronteira antrópica, ocupando áreas outrora



ocupadas por locais e espécies mais sensíveis, a título de exemplo pode-se citar *Dendrophysophus minutus*, *Hypsiboas polytaenius* e *Leptodactylus fuscus*.

Devido à grande heterogeneidade de ambientes e ao estado de conservação da área e a características de transição entre vários biomas, foram registradas para a região espécies típicas do bioma Mata Atlântica, como: *Proceratophrys boiei*, *Haddadus binotatus* e *Hypsiboas polytaenius* endêmicas de áreas de transição entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado como: *Ischnocnema izecksohni*, *Scinax longilineus*, *Scinax luizotavioi*; e ainda espécies de ampla distribuição encontradas em quase todos os biomas brasileiros, como: *Dendrophysophus minutus* e *Leptodactylus fuscus*.

É importante destacar que na AID foi feita a maioria dos registros de espécies especialistas nesse estudo, e que a grande maioria dessas espécies não enfrenta grandes riscos conservacionistas por terem grande distribuição e relativas grandes populações em áreas florestadas, com exceção de *Ischnocnema izecksohni*, considerada Deficiente em Dados pela IUCN 2012.

Verificou-se para a área de estudo uma predominância de espécies de hábitos florestais, entretanto a implantação da sondagem não colocará em risco seu status de conservação, se todas as medidas mitigadoras propostas por esse relatório forem seguidas, uma vez que a grande maioria dessas espécies possui ampla distribuição e grandes populações a onde ocorrem. Para a conservação dessas espécies é necessário a manutenção de longas áreas florestadas, não fragmentadas e de sua qualidade de água. Como atividades de sondagem são de cunho temporário e de baixo impacto pede-se que ao final dessas atividades seja recuperada a área de furo, com o intuito de se manter as características originais do ambiente.

Répteis

Não foram registrados répteis por registro primário para as áreas de influência do empreendimento.

Segundo dados secundários de estudos realizados no Quadrilátero Ferrífero e na Serra do Espinhaço, nessa região foram levantadas 63 espécies pertencentes a quinze famílias, entretanto nenhuma das espécies levantadas está ameaçada de extinção, segundo status de conservação das listas do COPAM, 2010 E MMA, 2003.

Avifauna

Para o levantamento da avifauna ocorrente na área de influência do empreendimento, utilizou-se de metodologia de campo que permite amostragem quantitativa. As condições atuais do local estudado constituem grande variedade de habitats, sendo certos ambientes mais preservados e específicos em alguns pontos, entremeando residências rurais com pastos, pomares, açudes e outros que proporcionam a ocorrência de grande diversidade de aves.

No presente estudo foram registradas 109 espécies de aves distribuídas em 30 famílias e 13 ordens. A ordem dos Passeriformes foi a mais representativa com 80 espécies, ou seja,



88% do total de espécies. Os resultados abrangem espécies sinantrópicas e especialistas, espécies endêmicas do Cerrado e da Mata Atlântica.

Durante os trabalhos de campo registrou-se a ocorrência de espécies como, por exemplo, o saí-canário (*Thlypopsis sordida*), o tiê-de-topete (*Lanio melanops*), o surucuá-variado (*Trogon surrucura*) e o bico-chato-de-orelha-preta (*Tolmomyias sulphurescens*), entre outras espécies mais especialistas e sensíveis à fragmentação de habitats.

Estas e outras espécies, registradas neste estudo, sofrem influência positiva das manchas de vegetação de porte florestal e matas ciliares mais bem preservadas presentes na localidade e em seu entorno, que auxiliam na ecologia das populações de aves e conseqüentemente proporcionam maior estabilidade ao ecossistema local.

Durante as amostragens foram registrados contatos visuais e vocalizações de indivíduos de *Lepidocolaptes squamatus* e de *Sittasomus griseicapillus* no fragmento de mata secundária onde se situa a área alvo do estudo. Estes são animais extremamente sensíveis, dependendo diretamente de ambientes florestais mais bem conservados para a manutenção de suas populações, sendo um dos primeiros grupos a sofrer com a fragmentação florestal (POLLETO et al., 2004).

A maioria das espécies registradas nas áreas alteradas são aquelas que mais facilmente se adaptam a estes ambientes e, se aproveitam da disponibilidade de alimento e/ou da deficiência de predadores potenciais no local. Dentre elas, o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) e a rolinha-roxa (*Columbina talpacoti*).

Também foram observadas espécies típicas de ambientes campestres, sendo algumas um pouco mais sensíveis, mas que também se adaptam bem em ambientes alterados. Podemos citar como exemplo o suiriri-pequeno (*Satrapa icterophrys*) e o canário-da-terra-verdadeiro (*Sicalis flaveola*), que foram registrados forrageando em ambientes alterados durante o estudo.

De maneira geral, a presença de cursos d'água na área de entorno do alvo de sondagem contribui significativamente com a disponibilidade de recursos, permitindo um maior desenvolvimento e produtividade das plantas, que servem como área de reprodução para muitos invertebrados, principalmente insetos, que constituem a dieta básica da grande maioria das aves observadas no local.

Foram observadas em forrageio espécies potencialmente dispersoras de sementes como o trinca-ferro-verdadeiro (*Saltator similis*) e o sabiá-barranco (*Turdus leucomelas*), que auxiliam diretamente no processo natural de manutenção ecológica da vegetação da localidade. Bem como nectarívoros polinizadores, além dos beija-flores o rabo-branco-acanelado (*Phaethornis pretrei*) e a cambacica (*Coereba flaveola*), que também influenciam diretamente na ecologia das plantas.

No presente estudo foram registradas espécies consideradas endêmicas do Cerrado (CE) e da Mata Atlântica (ATL). Ao todo foram identificadas 15 espécies endêmicas, entre elas o teque-teque (*Todirostrum poliocephalum*) (ATL), o tangarazinho (*Ilicura militaris*) (ATL), o



beija-flor-de-fronte-violeta (*Thalurania glaucops*) (ATL) e o tucanuçu (*Ramphastos toco*) (CE) (VASCONCELOS & D'ANGELO NETO, 1998; FARIA et al., 2006).

De acordo com as listagens consultadas, dentre as espécies registradas no presente estudo, consta como ameaçado de extinção, o capacetinho-do-oco-do-pau (*Poospiza cinerea*), na Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003 do Ministério do Meio Ambiente como Vulnerável (Vu) e na lista de espécies ameaçadas para o Estado de Minas Gerais, avaliada com status de (Vu) vulnerável (COPAM, 2010). Essa espécie foi registrada apenas uma vez, na AII do empreendimento.

Mastofauna

Para o levantamento da mastofauna foi utilizada a metodologia adaptada para amostragem rápida de médios e grandes mamíferos (CULLEN *et al.*, 2006). Foram conduzidos censos nas áreas mais propícias à presença de mamíferos dentro da AID e AII, além da Região de Inserção (RI) do Alvo Doutor, tais como fragmentos florestais e áreas próximas a cursos d'água para a detecção de espécimes de mamíferos e busca de vestígios. Evidências indiretas foram identificadas com o auxílio de guias especializados. Para o levantamento primário dos mamíferos de médio e grande porte, foram utilizadas também armadilhas fotográficas (*câmera traps*).

De acordo com os dados primários e secundários levantados para a área, foram identificadas a presença de vinte e três espécies pertencentes a sete ordens e quinze famílias de mamíferos de médio e grande porte para a área do alvo de sondagem. Dentre estas, 4 espécies são classificadas como vulnerável na lista de espécies ameaçadas de extinção do IBAMA - 2003, são elas: *Tayassu tajacu* (cateto), *Chrysocyon brachyurus* (lobo guará), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Puma concolor* (onça parda). Entretanto, não foi constatada a presença de nenhuma destas espécies na área, sendo somente citadas nas entrevistas. Este fato demonstra que esse ecossistema mantém estrutura trófica instável para o grupo dos mamíferos, pois foram observadas presas de grande porte, em aparente para a área de inserção do alvo de sondagem, como a Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) e o Veado (*Mazama sp.*), mas não foram encontrados vestígios de grandes predadores que fazem o controle populacional dessas espécies, como os grandes felinos.

A lista de mamíferos de médio e grande porte registrados para a área apresenta uma composição esperada para regiões semelhantes, mas é possível que a antropização observada ao entorno do alvo de sondagem já tenha atuado de forma deletéria nessa taxocenose, afugentando alguns grupos de animais da localidade.

Portanto, pode-se considerar que a execução do projeto de sondagem não irá causar mudanças significativas nessa taxocenose, tendo em vista seu pequeno porte e impacto, desde que sejam adotadas algumas medidas de mitigação, como a manutenção de áreas de corredor ecológico, a manutenção de matas ciliares através da recuperação de áreas degradadas ao final dos trabalhos. Ações visando à correta destinação de efluentes também devem ser tomadas para evitar, além do acúmulo de lixo, a alimentação de animais silvestres.



Meio Socioeconômico

O diagnóstico englobou breve caracterização do município de Ouro Preto e os distritos de Cachoeira do Campo e São Bartolomeu. Além disso, foi realizada uma caracterização da localidade de Doutor que pertence ao distrito de São Bartolomeu em virtude da proximidade da área de pesquisa mineral. A área da pesquisa encontra-se em torno de 15 km de Ouro Preto e do Distrito de Cachoeira do Campo e de 18KM.

Ouro Preto

A dinâmica demográfica do município de Ouro Preto é significativa ao longo das últimas décadas. A população total em 1980 era de 30.048 habitantes; houve um acréscimo de 134% de habitantes ao longo de 3 décadas. De acordo com censo de 2010, Ouro Preto possui 70.201 habitantes. Atualmente a densidade demográfica de Ouro Preto é de 56,41 hab/km². produtiva. Os últimos dados do IPEA revelam uma população econômica ativa de 29.992 pessoas em 2000.

O abastecimento e tratamento de água do município de Ouro Preto é realizado por sua autarquia SEMAE-OP. De acordo com as informações do IBGE em 2009, o atendimento à saúde no município é realizado por apenas 69 estabelecimentos de saúde, sendo que deste total 44 estabelecimentos são privados. A prefeitura possui 48 estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial, não possui nenhum estabelecimento com atendimento emergencial em psiquiatria e cirurgia. Existe apenas um estabelecimento de atendimento de emergência total e 102 leitos para internação em estabelecimentos privados.

O município de Ouro Preto é um importante centro cultural do Brasil, pelo patrimônio histórico que o município preserva (em 1980 o município declarado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO), as instituições de ensino e pesquisa instaladas, o festival de inverno e as ruas, palco de acontecimentos e comemorações, tornam Ouro Preto especial, divertida, espaço de prazer e conhecimento.

O conjunto arquitetônico de Ouro Preto é considerado pelos historiadores da arte um dos mais expressivos exemplares do barroco mundial. Com mais de 3.000 prédios edificadas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a paisagem urbana foi preservada de forma homogênea, mantendo características dos estilos barroco, rococó, neoclássico e eclético.

Os artesãos ouro-pretanos são mestres no trabalho em pedra-sabão, ourivesaria e lapidação de pedras preciosas. Desenvolvem também a cestaria e a tapeçaria. Nas artes plásticas, Ouro Preto oferece variada opção de pinturas, esculturas, desenhos, gravuras, produzidas por artistas que aqui se estabelecem.

Cachoeira do Campo

O distrito de Cachoeira do Campo foi descoberto em meados dos anos de 1674 a 1675, em pleno século XVII. A bandeira de Fernão Dias Paes, o caçador de esmeraldas, descobriu em meio aos campos a alta cascata, que posteriormente daria origem ao nome do povoado.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 11/34
-------------	--	-----------------------------------



No ano de 1680 o aventureiro Manuel de Mello teria se estabelecido em Cachoeira, tornando-se o primeiro morador. O povoado teve em 1700 seu desenvolvimento inicial, quando uma crise de fome atingiu Vila Rica fazendo com que um grande número de pessoas, que moravam nessa região mineradora, procurassem outras áreas para produzir alimentos. Este fato fez com que, posteriormente, Cachoeira se tornasse um dos grandes centros de produção agrícola da época. Com o desenvolvimento agrícola da localidade houve interesse dos grandes fazendeiros, senhores de terra, que, ao lado dos pequenos agricultores acumularam riquezas através do comércio de alimentos na região.

No ano de 1708, na Guerra dos Emboabas, na Matriz de Nossa Senhora de Nazareth foi sagrado o primeiro governador eleito pelo povo da história das Américas, Manuel Nunes Viana. No século XIX o distrito também sofreu as consequências da decadência do ouro na região. Este período ficou extremamente marcado pelo tradicionalismo das principais famílias e por grandes disputas políticas que tiveram seu auge na formação das famosas bandas de música. Atualmente é o maior distrito do município de Ouro Preto, além de possuir um centro comercial e industrial em constante desenvolvimento.

São Bartolomeu

São Bartolomeu é uma das localidades mais antigas de Minas Gerais, situando-se em área que antigamente era conhecida como “Região do Ouro”. Atualmente encontram-se relatos históricos oficiais e relatos de viajantes que passaram pela localidade ou arredores. No final do século XVII, um grupo de bandeirantes fundou às margens do Rio das Velhas um povoado em um local que habitualmente servia de passagem e às vezes de pouso para aqueles que se dirigiam a Vila Rica – atual Ouro Preto, historicamente uma importante cidade do estado de Minas Gerais – e deram o nome de São Bartolomeu. No início do século XVIII, Vila Rica foi assolada por uma grave crise de fome, o que obrigou muitos de seus habitantes a se mudarem para São Bartolomeu. Com o aumento do seu número de habitantes, em 1716 o pequeno povoado foi elevado à categoria de freguesia.

A identidade do distrito é fortemente marcada pela imagem de São Bartolomeu (seu padroeiro). A devoção à imagem do santo se deve ao seu feito milagroso ocorrido durante a guerra dos Emboabas, no início do século XVIII, que espantou as tropas portuguesas do arraial por meio do clarão de luz de sua espada. Naquela época, São Bartolomeu era lugar de produção de alimentos destinados a Ouro Preto e também lugar de exploração de ouro. Com o declínio da atividade mineradora na região, no final do século XIX, o forte comércio local existente no distrito entrou em crise, permanecendo estagnado ao longo da primeira metade do século XX.

Segundo Torres (1999), a partir de meados do século XX, o cotidiano do distrito se transforma com a instalação de mineradoras nas regiões vizinhas atraindo para ali muitos moradores em busca de trabalho. O distrito torna-se também destino turístico, devido à abertura da estrada que liga o distrito a Ouro Preto. Na década de 70, a industrialização na região trouxe importantes melhorias infraestruturais para São Bartolomeu como luz elétrica, água encanada, rede de esgoto, posto de saúde, ampliação da escola municipal existente e uma linha de ônibus regular. Todas essas transformações fizeram com que São Bartolomeu começasse a atrair a atenção de mais turistas.



Na década de 90, foi criada a Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, na qual se localiza o distrito. Com o estabelecimento dessa unidade de conservação, proibiu-se a venda da Candeia, que é uma árvore muito comum no local e da qual se aproveita a madeira como lenha em fogões e fornos pelos moradores do distrito e outrora pelos moradores da região. Com a proibição, identificou-se uma nova barreira ao fluxo de capital no distrito. Desta maneira, para garantir sua sobrevivência, os moradores se voltaram para a agricultura e a fabricação de doces caseiros para venda, utilizando as frutas cultivadas no local. Recorrer aos doces foi uma forma encontrada de intensificar aquilo que se fazia em tempos remotos. Antigamente, em São Bartolomeu segundo os habitantes, o doce mais famoso era a marmelada. Com o fenômeno de turistificação e a procura pelos doces está em processo de criação uma cooperativa de produtores de doces, cujos membros estão buscando seu reconhecimento e voltando à ideia das organizações familiares baseadas na cultura da família e nas relações decorrentes dela. Além disso, a iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que em 2008 registrou o processo de fabricação do doce de goiaba como patrimônio cultural imaterial do distrito, fomentou o retorno da produção de doces artesanais. O IPHAN ainda forneceu capacitação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE para as doceiras a fim de padronizarem sua produção e competirem melhor no mercado. Após a abertura da estrada que liga Ouro Preto a São Bartolomeu, e também por causa das campanhas publicitárias (tanto por parte do Instituto Estrada Real como por parte do Governo de Minas, por meio do Circuito Turístico do Ouro), o turismo tem se intensificado no distrito de forma gradual. A maioria dos moradores já identifica nesse processo de turistificação aspectos positivos e negativos e, frequentemente, destaca os segundos, uma vez que a comunidade é bastante tradicional, religiosa e preza pela tranquilidade do lugar.

Espeleologia

A empresa apresentou caminhamento espeleológico para a área onde será realizada a pesquisa mineral e de um raio de 250 metros da ADA da pesquisa. Trata-se de área com baixa probabilidade de ocorrência de cavidade, devido a litologia da área pertencer ao Grupo Nova Lima. Foram identificados apenas afloramentos de xistos sem a presença de nenhuma cavidade. O caminhamento é apresentado na figura abaixo.



Fonte: EIA

Arqueologia

Segundo os estudo arqueológico apresentado, foi verificando a presença de sítios arqueológicos fora da AID, porém as atividades de sondagem não irão interferir com estes.

Foi verificado um canal de aproximadamente 1,50 metros de profundidade e seção em “U”, uma casa colonial abandonada e uma Igreja da Vila Doutor.

Será condicionante deste parecer a manutenção de uma distancia de pelo menos 10 metros radiais de todos os sítios arqueológicos encontrados.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Passado as etapas de avaliação do potencial de ocorrência de mineralizações significativas na região, bem como suas localizações e trabalho de mapeamento geológico, as quais não são causadoras de degradação ambiental. O empreendimento parte para a etapa de sondagens, esta atividade trata-se da coleta de amostras para análises químicas permitindo não só a delimitação do corpo de minério como a realização dos cálculos para avaliar quantidade e qualidade do mesmo. Esta pesquisa precede a implementação de um projeto minerário.

Para o empreendimento em questão, optou-se pela sondagem rotativa, sendo programado inicialmente 30 furos. Porém, ao consultar o SisemaNet e ZEE, foi verificado de 2 destes 30 pontos de pesquisa estavam dentro da Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas, desta forma o empreendedor optou pela exclusão destas duas praças de sondagens não sendo necessário portanto a anuência da APA. Ressalta-se que para este

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 14/34
-------------	--	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

tipo de sondagem é necessário a utilização de água. Além do mais, foi verificado a presença e dois corpos d'água dentro da área de intervenção, o qual segundo empreendedor foi respeitado o domínio de APP, não havendo portanto intervenção no local.

Para execução da sondagem rotativa é necessário uma área de 64 m², a sonda fica instalada no local em um período que pode variar de 5 a 10 dias. O transporte da sonda até os pontos de sondagem será realizado por uma pá carregadeira. Quando não houver estradas será necessária abertura de acessos de 2,5m de largura para o transporte do equipamento.

Ao final dos trabalhos em cada praça de sondagem é necessária a desmobilização da mesma e mudança do equipamento para o local do próximo furo. Após a desmobilização a área da praça deverá ser totalmente desocupada, havendo uma limpeza geral dos materiais e o replantio na área.

No processo de perfuração são utilizados insumos como lama de perfuração (fluido) e lubrificação, sendo apenas aceitos os biodegradáveis. Todo o material de retorno da perfuração (lama que sai do furo) primeiramente é direcionado a uma bacia de contenção aonde os sólidos mais pesados são decantados e separados do restante, a água volta ao poço como parte do fluido/lama e os sólidos serão retirados, acondicionados em tambores e destinados a local de recebimento controlado para tal fim.

A partir da perfuração são coletadas amostras da rocha, denominadas testemunho de sondagem as quais serão acondicionadas em caixas de madeira e levadas para o galpão de sondagem do projeto para ser descrito pelos geólogos e as amostras selecionadas para serem enviadas aos laboratórios de análises químicas.

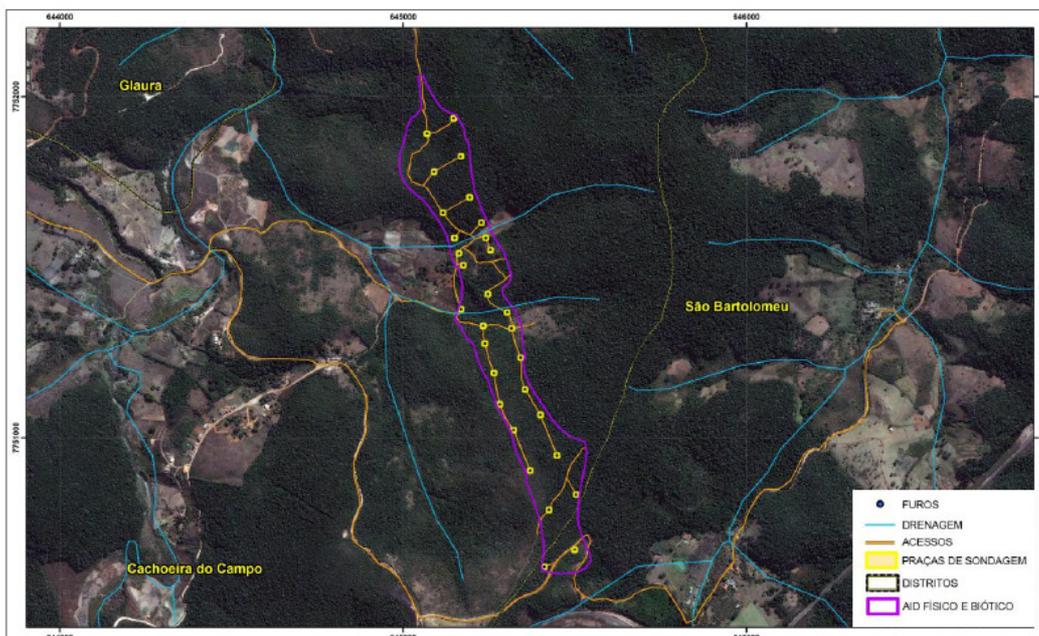
Para esta fase do empreendimento tem-se a previsão de um total de 15 trabalhadores, alternando em dois turnos de 12 horas. Para apoio às equipes durante a execução das atividades serão alugadas casas em vilas ou propriedades rurais da região, aonde toda infraestrutura de apoio será instalada como cozinha, dormitórios, local de estocagem de peças e insumos, além de um local para apoio administrativo.

A água utilizada será retirada em um ponto outorgado, o bombeamento será feito por um caminhão pipa. Já os equipamentos que necessitam de energia elétrica serão alimentados por geradores à base de combustível fóssil.

As refeições das equipes são preparadas na cozinha da casa de apoio. Durante os turnos as refeições devem ser levadas por um motorista até as praças, as demais refeições assim como aquelas próximas aos horários de troca de turno devem ser realizadas na casa de apoio aonde funcionara cozinha.

A figura a seguir mostra o local de intervenção do empreendimento.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 15/34
-------------	--	-----------------------------------



Fonte: EIA

5. IMPACTOS IDENTIFICADOS

Alteração da Estrutura e do Uso dos Solos

A remoção da cobertura vegetal e do horizonte superficial do solo, nas áreas utilizadas para a abertura dos acessos e praças de sondagem, promoverá a alteração da estrutura original do solo em uma área de aproximadamente 1,0 hectare no total de praças e acessos.

As intervenções no terreno das áreas afetadas deixarão expostos os horizontes inferiores do solo, desprovidos de sua estrutura física e biológica e da vegetação original, mais empobrecido durante as atividades de sondagem. Com isso, tende a se tornar empobrecido, dificultando a recomposição natural da vegetação.

A alteração da estrutura do solo provocará, ainda, a exposição de um substrato mais susceptível ao surgimento de processos erosivos, podendo resultar no carreamento de sólidos para os cursos d'água a jusante.

Possíveis vazamentos de combustíveis das máquinas e equipamentos que transitam na área durante as obras de implantação, bem como na fase de operação da pesquisa também poderão contribuir para a contaminação dos solos e das águas superficiais e subterrâneas.

Alteração da Morfologia do Relevo e da Paisagem – Impacto Visual

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 16/34
-------------	--	-----------------------------------



O potencial de impacto visual resultante da atividade de pesquisa, decorrente da supressão de vegetação para abertura de acessos e praças de sondagem. Porém destaca-se a área a ser suprimida é reduzida.

Geração de Resíduos Sólidos

Durante a fase de implantação e operação da pesquisa, em função da permanência dos operários, bem como pela operação dos equipamentos de sondagem, serão gerados os resíduos sólidos como lixos orgânicos nas refeições, lixos domésticos recicláveis e não recicláveis (papel, plásticos, pilhas/baterias, embalagens metálicas, madeira de embalagens, EPIs usados etc.), sólidos de decantação das bacias de recirculação de lama e eventualmente resíduos sólidos e pastosos contaminados com óleos e graxas, originados das atividades de abastecimento e manutenção dos equipamentos.

A destinação inadequada destes resíduos pode ocasionar na contaminação da água e do solo.

Geração de Efluentes Líquidos

Durante a implantação e a operação da pesquisa, considera-se como potencial de contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas os serviços de pequenas manutenções, na área das praças de sondagem, representando atividades potencialmente poluidoras em decorrência do manuseio de óleos e graxas, considerando a eventualidade de vazamentos e substituição de peças mecânicas.

Nas praças também serão gerados efluentes da própria atividade de sondagem representados pela lama de perfuração, além de efluentes sanitários devido a presença constante de funcionários no local.

Alteração da Qualidade do Ar Pela Geração de Emissões Fugitivas

Durante a implantação e operação das atividades de pesquisa, a geração de emissões atmosféricas fugitivas (material particulado) é proveniente das atividades de abertura de acessos e praças e pelo tráfego de veículos e equipamentos nos acessos não pavimentados. Essas atividades resultam em alterações da qualidade do ar, podendo gerar, como consequência, incômodos às populações vizinhas da área e aos empregados.

Alteração do Nível de ruído

Segundo os estudos os níveis de ruídos esperados nas fases de implantação e operação das pesquisas deverão ser restritos às áreas operacionais não resultando em taxas significativas de imissões na região de entorno.

Os ruídos serão resultantes principalmente da movimentação de veículos e equipamentos, além do funcionamento da sonda, e será mitigado principalmente pelo uso de EPI pelos funcionários que estiverem operando o equipamento.



Perda, Fragmentação e Alteração de Habitat

Este impacto ocorrerá durante a etapa de implantação das praças de sondagem e dos acessos. A supressão da vegetação implica na eliminação de trechos de habitats específicos para certas espécies da biota florestal, contribuindo para o processo de isolamento das populações silvestres e afetando as interações entre a flora e a fauna. No entanto, as áreas de supressão vegetal no referido projeto será muito pequena. Assim, a alteração de habitat constitui um impacto potencial negativo, direto, local, imediato, irreversível, permanente e de média magnitude.

A ação mitigadora para este impacto é a recuperação das áreas degradadas, o que tornará o impacto real como reversível, temporário e de baixa magnitude.

Afugentamento de Espécies

Ocorrerá durante a fase de mobilização, execução da sondagem e desmobilização devido ao fluxo de máquinas, equipamentos e pessoas, e conseqüente aumento no nível de ruído. A dispersão dos espécimes para áreas com níveis de ruído menos expressivos, por sua vez, pode ocasionar a redução da qualidade ambiental também nestes locais, promovendo um aumento na ocorrência de interações agonísticas entre os indivíduos residentes e dispersantes (competição inter e intraespecífica). Ressalta-se que, atualmente, existem na AID e All fragmentos florestais de tamanho significativo que serão mantidos na paisagem, que serão mantidos para a manutenção das populações nela residentes, bem como daquelas que imigrarão da AID. Desta forma considera-se que o impacto será muito diminuto, devido a curta fase de execução da sondagem e presença na área de maciços florestais que irão fornecer capacidade suporte para as espécies afugentadas.

As ações ambientais propostas para este impacto são a instrução das equipes de trabalho para que não interfira na fauna local e os programas de recuperação das áreas degradadas para que as condições do local voltem ao mais próximo possível das condições originais tornando possível o reestabelecimento da fauna.

Perda de Fauna e Flora por Atropelamento, Caça e Coletas Predatórias

Ocorrerão durante a etapa de implantação e operação devido ao aumento do fluxo de máquinas e de pessoas, a caça e a supressão de vegetação. Durante a mobilização, execução da sondagem e desmobilização, poderão ocorrer também coletas predatórias e a conseqüente redução de populações de espécies da flora e da fauna (principalmente espécies cinegéticas, ou seja, com valor estético, alimentar ou comercial). A dispersão poderá ser dificultada para exemplares com áreas de vida menores ou estivantes. O aumento do deslocamento dos espécimes como conseqüência da perda de ambientes e busca por refúgios, associado ao aumento de tráfego de veículos na área das praças de sondagem, poderá favorecer ainda o atropelamento de elementos da fauna, contribuindo para a perda de espécimes e a redução das comunidades naturais afetadas. Entretanto, deve-se levar em consideração que a atividade de sondagem será muito localizada e de curto prazo de tempo, diminuindo consideravelmente os impactos causados pela atividade.



Como ações mitigadoras são propostos programas de educação ambiental para as equipes de trabalho e população local, incluindo coleta seletiva de lixo e sinalização nas áreas de trabalho. A recuperação das áreas degradadas também contribuirá para a mitigação deste impacto.

Incômodo à População Vizinha

A operação do equipamento de sondagem e o trânsito de veículos, mesmo que em locais restritos, com relação a potencialidade de geração de poeira e ruído, poderão causar incômodo à população vizinha.

6. PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS

Programa de Acompanhamento da Supressão Vegetal

O desmate, mesmo que de pequenas proporções, deverá seguir as seguintes orientações:

- Delimitar fisicamente a área de intervenção;
- Identificar as árvores a serem cortadas;
- Caso seja identificadas a existências de ninhos de pássaros, solicitar a orientação de profissionais habilitados para as ações a serem adotadas antes da supressão;
- Proceder o corte com a utilização de moto serra;
- Cortar, empilhar e medir a madeira resultante do corte;
- Fazer a destinação correta do material lenhoso resultante do corte das árvores;
- Elaborar relatório diário de acompanhamento da supressão, indicando a quantidade de indivíduos arbóreos cortados, bem como as eventuais ações de salvamento de elementos da fauna terrestre;
- O material sem rendimento lenhoso, bem os restos vegetais e serrapilheira serão “enleirados” nos limites das áreas de intervenção;
- Encerradas as atividades de pesquisa, durante a implementação do PRAD, todo material vegetal disposto nas leiras serão espalhados nas áreas a serem reabilitadas.

Programa de Drenagem e Controle de Processos Erosivos

O sistema de drenagem pluvial proposto para as áreas de intervenção será primeiramente uma ação provisória, até que seja implementado o PRAD.

Os dispositivos provisórios de drenagem superficial serão implantados no período de movimentação de terra para execução das plataformas e via de acesso, de forma a assegurar o correto escoamento e lançamento das águas pluviais, além de conter eventuais carreamentos de sólidos.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 19/34
-------------	--	-----------------------------------



O sistema compõe-se de:

- Leiras de proteção e sarjetas, posicionadas nas bordas das plataformas em execução de forma a impedir o escoamento das águas pluviais;
- As leiras serão formadas com o solo local removido na conformação do terreno e terão dimensões mínimas de 0,6 m de altura e 1 m de largura na base;
- As sarjetas não necessitarão de revestimento e terão inclinação de 1%, direcionando as águas coletadas nas soleiras de dispersão, posicionadas nas extremidades das sarjetas, para pequenas bacias de contenção provisórias;
- As soleiras serão estruturas escavadas no terreno, na forma de caixa, com dimensões de 1,0 x 1,0m e altura de 0,5m;
- Os acessos serão dotados de canaletas escavadas e leiras laterais, além de saídas d'água (bigodes) espaçadas de 50 metros ou de acordo com as condições topográficas do terreno.

Programa de Controle de Poeiras

Durante as fases de implantação e operação da pesquisa, as seguintes medidas de controle deverão ser adotadas:

- Aspersão contínua de água, através da utilização de caminhões “pipa” nas vias de acesso e circulação não pavimentadas internas e externas;
- Definição de limites de velocidade de veículos nas vias de acesso;
- Permissão à circulação apenas de veículos autorizados nas áreas envolvidas;
- Adequada manutenção de veículos e equipamentos.

Programa de Controle de Ruído

A principal forma de minimizar os ruídos deverá ocorrer através da manutenção e regulagem adequada de veículos, máquinas e equipamentos. Ainda assim, para assegurar a saúde dos funcionários que irão trabalhar próximos às fontes de ruídos, a Kinross adota a obrigatoriedade do uso de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual).

Para minimizar a emissão de ruído sobre as áreas vizinhas serão adotadas medidas tais como definição de acessos a serem utilizados e definição de horários para atividades mais ruidosas.

Programa de Controle de Efluentes Líquidos

Lama de perfuração: A lama decorrente da utilização do fluido lubrificante biodegradável, durante a perfuração será recirculada através da utilização de bacias de decantação impermeabilizadas, a serem construídas na praça de sondagem.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 20/34
-------------	--	-----------------------------------



O material sólido decantado nestas bacias serão removidos e coletados por empresas especializadas e licenciadas para esta atividade, promovendo a disposição final deste resíduo.

Esgoto Sanitário: Em função das características da atividade da pesquisa, como tempo determinado e reduzido número de operários, será utilizado banheiros químicos em cada praça de sondagem. Todo efluente gerado será recolhido por uma empresa devidamente licenciada.

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Visando mitigar a geração dos resíduos sólidos em suas atividades de sondagem, o empreendimento irá priorizar o uso de insumos biodegradáveis e implementar a coleta seletiva em seus locais de trabalho e programa de gerenciamento de resíduos sólidos quando não biodegradáveis.

O programa contempla aspectos relacionados ao acondicionamento, identificação, coleta e transporte, armazenamento temporário e disposição final.

Os resíduos, quando necessário, serão gerenciados de acordo com suas especificidades e classificação, tendo com base a norma brasileira ABNT NBR 10.004 de 30/11/2004.

Os resíduos secos serão encaminhados para reciclagem junto a Associação de Reciclagem do Bairro Padre Farias, em Ouro Preto.

O lixo molhado, orgânico será encaminhado para aterros sanitários existentes na região do projeto.

Os resíduos contaminados e os resíduos orgânicos deverão ser encaminhados para locais devidamente licenciados. Além do mais, o empreendimento deverá desenvolver uma planinha para o controle de geração e destinação final dos resíduos, nos moldes do anexo II deste parecer. A realização de todos estes controles será condicionante deste parecer.

Plano de Gestão de Segurança

O objetivo deste programa é direcionar as ações de controle para solucionar situações de emergências e, através de procedimentos técnicos e disciplinares que minimizem seus efeitos nocivos dos acidentes sobre empregados, comunidade, instalações e ao meio ambiente, retornando a normalidade no menor espaço de tempo.

O plano apresenta metodologia a ser aplica em caso de acidentes como: Acidente pessoal ou mal súbito, Incêndio em equipamentos móveis, Vazamento/Derrame de óleos lubrificantes, graxa e líquidos combustíveis e inflamáveis.



Programa de Segurança do Tráfego e Medidas Socioeducativas

O programa visa proteger os usuários das vias, bem como a fauna da área. Neste sentido o programa adotou as seguintes medidas:

- Implantar um sistema de sinalização de trânsito enfatizando a questão da velocidade máxima, uso de freios, não ultrapassagem, etc;
- Promover palestras aos funcionários e fornecedores envolvidos diretamente nas atividades de mineração cujo objetivo primordial é fazer com que se sintam agentes capazes de colaborar com os resultados ambientais, além de introduzir outros temas educacionais, de cunho ecológico;
- Orientação e treinamento a todos os motoristas próprios e terceirizados que atuarão no transporte;
- Instalação de placas informativas as quais têm o objetivo de alertar os motoristas para que tomem alguns cuidados para evitar acidentes de atropelamento de animais silvestres que possam cruzar as vias de acesso;

Programa de Educação Ambiental

Este programa será destinado a todos funcionários e terceirizados da empresa Kinross envolvidos no projeto. O objetivo geral do Programa de Educação Ambiental é incentivar os trabalhadores da pesquisa à adoção de medidas de controle da qualidade ambiental, formando cidadãos capazes de perceber o meio ambiente de forma integrada e conviver harmoniosamente com ele, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico local. A metodologia a ser aplicada neste programa estará dirigida ao trabalho de sensibilização dos funcionários, por meio de atividades diretas, como palestras e reuniões, assim como trabalhos específicos direcionados para as demandas do empreendimento, buscando a melhoria contínua e uma gestão eficiente. O processo de educação ambiental buscará uma participação efetiva do público alvo, por meio do diálogo, suprimindo demandas específicas por informação, instrumentalização, sensibilização e mobilização local.

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

Este programa tem como objetivo a recuperação das áreas degradadas pela implantação e execução da sondagem, garantindo a estabilidade biológica e a função ecológica das mesmas.

O programa será iniciado ainda na fase de implantação, devendo ser concretizado até a desmobilização das praças de sondagens e acessos, com acompanhamento pós-fechamento.

Após a demarcação da área a ser suprimida tem-se a supressão da vegetação, onde haverá armazenamento do solo, bem como da serrapilheira e sementes. Este armazenamento ocorrerá em locais seguros, protegidos de locais propensos a processos erosivos e encharcamento.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 22/34
-------------	--	-----------------------------------



Durante todo o processo de supressão haverá monitoramento periódico dos locais, visando identificar e conter possíveis processos erosivos.

O plantio de essenciais nativas será realizado em uma única etapa levando em consideração a utilização de no mínimo 15 espécies das sugeridas no PRAD.

Após o plantio, será realizada uma inspeção bimestral de cada área plantada, sendo verificado a cerca e prevenção contra incêndios.

7. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENERGIA

O uso da água, durante a fase de pesquisa do empreendimento, foi regularizado Ambientalmente pelo processo 18802/2012 por meio de uma Certidão de Registro de Uso Insignificante. Para a região do município de Ouro Preto os usos considerados insignificantes pela Deliberação Normativa CERH nº 09/2004 são aqueles com vazão máxima de 1,0 l/s para as captações e derivações de águas superficiais, que são dispensados de Outorga e passíveis de cadastro. A vazão solicitada pelo empreendedor em sua certidão foi de 1,0 l/s durante 12 h/dia.

Quanto a energia, esta será realizada por geradores de energia elétrica a base de combustível fóssil que acompanham o equipamento.

8. RESERVA LEGAL

A área objeto de intervenção pelo empreendimento está contida em uma propriedade rural que não apresenta regularização da reserva legal. Desta forma, o empreendedor assinou um termo de compromisso de averbação de reserva legal, como determinado na DN 174/2012, se comprometendo com a regularização do local em caso de posterior exploração no local. O termo de compromisso prevê a averbação da reserva legal da propriedade, sendo a área a ser averbada não inferior a 20% do total da propriedade.

9. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO E INTERVENÇÃO EM APP

Não haverá intervenção em área de preservação permanente (APP).

10. AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL (AIA)

A relação das áreas de intervenção e suas características de cobertura vegetal e uso do solo são apresentadas no Quadro a seguir.

Atividade fim	FESDI (ha)	FESDM (ha)	Área de Cultivo (ha)	TOTAL (ha)
Praças de Sondagens	0,029	0,154	0,004	0,192
Acessos	0,077	0,724	0,013	0,824
Total	0,106	0,878	0,017	1,001



É requerida autorização para supressão de vegetação nativa sem destoca em uma área de 1,001 hectares onde ocorrem as fitofisionomias de Floresta Estacional Semidecidual estágio inicial de regeneração (0,106 ha), Floresta Estacional Semidecidual em estágios médio de regeneração (0,878 ha) e áreas de cultivo, horta em (0,017 ha). Tal supressão se faz necessária para a implantação das praças de sondagem, onde terão extensão aproximada de 64 m² e as vias de acesso terão de 2,5 metros de largura para realização de pesquisas preliminares de avaliação geológica e mineral solicitados pela empresa Kinross Brasil Mineração S/A

11. INVENTÁRIO FLORESTAL

A metodologia utilizada foi de amostragem casual estratificada. As unidades amostrais foram levantadas com tamanho fixo de 30 x 10m com 300m² por unidade amostral. Foi levantado um total de 11 parcelas, desta forma as parcelas levantadas somaram valor igual a 3.300 m².

Com base nos resultados do inventário podemos concluir que para todo o universo amostral considerado o volume total de madeira é igual a **170 m³** ou **255 st** de madeira. Conforme informado pelo empreendedor a lenha será comercializada.

Foram retirados os dois furos de sondagem (0,0064 ha) e o respectivo acesso (0,0095 ha) que se encontravam na área da APA das Andorinhas e recalculados os valores de intervenção como calculado no quadro de intervenção ambiental.

12. ESPÉCIE DE INTERESSE

As espécies de ocorrência segundo o inventário florestal foram contrastadas contra a listagem de espécies ameaçadas de extinção segundo Instrução Normativa N° 6 de 23 de Setembro de 2008 do Ministério do Meio Ambiente bem como legislação específica conforme quadro a seguir.

Espécie	Legislação	Situação	N.º indivíduos
<i>Dalbergia nigra</i>	Instrução Normativa MMA n° 06, de 23 de setembro de 2008	Ameaçada de extinção	21
<i>Dicksonia sellowiana</i>	Instrução Normativa MMA n° 06, de 23 de setembro de 2008	Ameaçada de extinção	8

13. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Considerando-se tratar de uma atividade com apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA –RIMA) e em função dos impactos a gerados, tais como o aumento no trânsito de pessoas, geração de resíduos e alteração solo, afugentamento de animais), entende-se que ocorrerá significativo impacto ambiental. Diante do exposto a equipe técnica da SUPRAM propõe que haja incidência da compensação ambiental prevista na Lei de SNUC Lei 9.985.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 24/34
-------------	--	-----------------------------------



14. COMPENSAÇÃO FLORESTAL

O empreendimento minerário exigirá a supressão de vegetação nativa, em diversas tipologias vegetacionais, sendo recomendada, portanto, a aplicação da compensação florestal, de acordo com a Lei Estadual 14.309/02 e Decreto Estadual 43.710/04.

15. COMPENSAÇÃO POR SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DE DOMÍNIO MATA ATLÂNTICA

A área objeto da supressão localiza-se dentro dos limites do bioma Mata Atlântica, de acordo com o mapa do IBGE, a que se refere à Lei Federal 11.428/06 e o Decreto Federal 6.660/08, sendo assim recomendada à cobrança da compensação prevista nesta regulamentação.

16. COMPENSAÇÃO POR SUPRESSÃO DE EXEMPLARES AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO

De acordo com os estudos apresentados, foram encontradas duas espécies ameaçadas de extinção, Caviúna (*Dalbergia nigra*) e Samambaiçu (*Dicksonia sellowiana*) na área diretamente afetada pelo empreendimento, sendo recomendado, assim, o plantio compensatório na proporção de 25 para 1 dos exemplares ameaçados suprimidos. Considerando a Instrução Normativa M.M.A. nº. 06 de 23 de setembro de 2008, o plantio deverá ser realizado na mesma microbacia onde se localiza o empreendimento, conforme condicionante deste parecer único.

17. CONTROLE PROCESSUAL

Kinross Brasil Mineração S.A., por seu representante legal, requereu, validamente, a presente **Licença de Operação para Pesquisa Mineral - LOP**, para a atividade de pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica em estágios médio de regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de Utilização expedida pelo DNPM, no município de Ouro Preto/MG.

A referida empresa possui autorização de pesquisa, DNPM n.º 831.217/2006, correlacionado aos respectivos autos do licenciamento ambiental.

Consta dos autos do processo a declaração da Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG informando que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos da municipalidade.

O empreendimento não está inserido dentro dos limites de qualquer unidade de conservação.

A Deliberação Normativa COPAM n.º 174, de 29 de março de 2012 estabelece procedimento para a regularização ambiental da pesquisa mineral de empreendimentos que necessitem de Supressão de Vegetação Nativa Secundária em estágios Médio e

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte - MG CEP 30.160-030 - Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 25/34
-------------	---	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Avançado de Regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica e inclui codificação junto a Listagem A - Atividades Minerárias do Anexo Único da Deliberação Normativa Copam nº 74, de 09 de setembro de 2004, e dá outras providências, caso do processo ora analisado.

Conforme o seu art. 1.º, a atividade de pesquisa mineral será realizada mediante Licença de Operação para Pesquisa Mineral (LOP), com apresentação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), em atendimento à exigência da Lei Federal 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Assim, foi requerida pelo empreendedor a licença em apreço, com os devidos estudos.

O empreendimento está localizado em zona rural, sendo obrigatória a averbação da reserva legal, no caso específico, nos termos do art. 4º da Deliberação Normativa supracitada. No entanto, o imóvel onde será realizada a pesquisa não possui a reserva legal averbada. Por ser caso de Licença de Operação para pesquisa mineral sem emprego de Guia de Utilização, diante da impossibilidade de comprovar a averbação da Reserva Legal das propriedades onde serão realizadas as pesquisas, o empreendedor pode firmar Termos de Compromisso, através do qual se compromete a comprova-las para a concessão da fase seguinte, caso a lavra ou a pesquisa com Guia de Utilização sejam viabilizadas, nos termos do §2º do artigo a que se faz referência. Dessa forma, o empreendedor assinou um termo de compromisso de averbação de reserva legal.

O artigo 32 da Lei nº 11.428/2006 estabelece que a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração para fins de atividades minerárias somente será admitida mediante licenciamento ambiental, condicionado à apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, pelo empreendedor, e desde que demonstrada a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, o que ocorreu; bem como à adoção de medida compensatória que inclua a recuperação de área equivalente à área do empreendimento, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica e sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, independentemente do disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que está proposta nos termos de condicionante neste parecer.

É de competência da URC/COPAM conceder a autorização para a supressão de cobertura vegetal nativa, disciplinada pela Lei nº 14.309/2002, nos termos de seu regulamento, quando a exploração florestal for integrada a processo de licenciamento ambiental. Ademais, a Portaria IEF, de n.º 02/2009, veio disciplinar as regularizações florestais que competem à URC/COPAM. Dentre outras coisas, compete a esse órgão a autorização de supressão de cobertura vegetal nativa com ou sem destoca para uso alternativo do solo, quando integrada a processo de Licenciamento Ambiental (art. 10, item 2).

Isso posto, há respaldo para a autorização, conforme requerida, nos termos do art. 32 da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e no Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008.

Tem-se também a incidência de compensações ambientais, visto que o presente é um empreendimento minerário causador de significativo impacto ambiental, de acordo com as diretrizes da Lei Federal n.º 9.985/00, Decreto Estadual nº 45.175/09 alterado pelo Decreto

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte - MG CEP 30.160-030 - Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 26/34
-------------	---	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

nº 45.629/11, Lei Estadual nº 14.309/2002 e Decreto Estadual 43.710/04. Justifica-se o empreendimento como causador de significativo impacto ambiental por possuir como atividade pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma mata Atlântica.

A atividade mineral é considerada de utilidade pública pelo Decreto-Lei 3.365/41, nos termos do seu art. 5º. Essa característica especial está refletida, também, na Resolução CONAMA 369/06, art. 2º, inciso I, alínea c.

Vislumbra-se, ainda, no caso em análise, necessidade de supressão de espécies ameaçadas de extinção, nos termos da Instrução Normativa M.M.A. nº. 06 de 23 de setembro de 2008. No âmbito estadual, a Deliberação Normativa COPAM nº 114, de 10 de abril de 2008, disciplina o procedimento para autorização de supressão de exemplares arbóreos nativos isolados, inclusive dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica, conforme mapa do IBGE e revogou Deliberação Normativa COPAM nº. 314, de 29 de outubro de 2007. O seu art. 5º explicita que excepcionalmente poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção ou objeto de proteção especial em casos de utilidade pública, cuja compensação se dá nos termos do art. 6º.

O uso/intervenção em recurso hídrico encontra-se devidamente regularizado nos termos do item 7 deste parecer.

Na análise dos documentos constantes dos autos, verificou-se, ainda, que o empreendedor providenciou o adimplemento total dos custos de análise do licenciamento ambiental em questão.

Também consta dos autos o adimplemento dos emolumentos referentes ao FOBI.

No que tange às publicações, tanto em periódico de grande circulação quanto a publicação oficial, eis que tais documentos se encontram regularizados, pelo que se percebe da documentação anexada aos autos.

Noutro giro, a validade do prazo desta licença há de se respeitar o estabelecido na Deliberação Normativa 174/2012, art. 19, qual seja, de no máximo quatro anos, conforme cronograma de pesquisa apresentado ao órgão ambiental.

Desta forma, conclui-se que o processo encontra-se formalizado e devidamente instruído com a documentação exigível para a aferição e deferimento da pleiteada licença ambiental, é o que se percebe com a análise da documentação listada no FOBI sob o n.º 558776/2012 e as que aqui foram instruídas.

Por derradeiro, ressalte-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui obtenção, pelo Requerente, de certidões, alvarás ou licenças, de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, devendo sobredita observação constar no Certificado de Licenciamento.

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 27/34
-------------	--	-----------------------------------



18. CONCLUSÃO

Não foram verificadas restrições à concessão da Licença de Operação de Pesquisa– LOP, para a atividade de **Pesquisa Mineral com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio médio/avançado de regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de utilização expedida pelo DNPM** para Kinross Brasil Mineração S.A.. A atividade está vinculada aos processos DNPM 831.217/2006 no município de Ouro Preto. Desta forma, sugere-se o deferimento do pedido de licença, com validade **de 2 (dois) anos**, observadas o cumprimento das condicionantes constantes do Anexo I e III.



ANEXO I

Processo COPAM: LOP Nº: 28058/2011/001/2012		Classe/Porte: 3/Médio
Empreendimento: - Kinross Brasil Mineração S.A.		CNPJ: 20.346.524/0004-99
Atividade: Licença de Operação para Pesquisa Mineral - DNPM 831.217/2006		
Endereço: Fazenda Juca Lopes(Alvo Doutor) – Município de Ouro Preto		
Referência: Condicionantes da Licença de Operação para Pesquisa		Validade: 02 anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental (GECAM) do Instituto Estadual de Florestas (IEF), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da licença, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012. Apresentar à SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	60 dias partir da concessão desta licença.
2	Protocolar, na GECAM do IEF, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação florestal, de acordo com a Lei 14.309/2002. Apresentar à SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	60 dias partir da concessão desta licença.
3	Protocolar na GECAM, solicitação para abertura de processo de cumprimento da compensação prevista na Lei da Mata Atlântica 11.428/2006 e Decreto 6.660/08. Apresentar a SUPRAM CM comprovação deste protocolo. Apresentar à SUPRAM CM comprovação deste protocolo.	60 dias partir da concessão desta licença.
5	Paralisar imediatamente a atividade de supressão de vegetação no caso de eventual aparecimento de material arqueológico na ADA, bem como comunicar à SUPRAM e IPHAN.	A partir da concessão desta licença.
6	Realizar o acompanhamento da supressão vegetal por um profissional habilitado para resgate de fauna. Enviar relatório de campo, com a devida ART quitada.	30 dias após a supressão
7	Apresentar à SUPRAM CM Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF) contemplando proposta de plantio compensatório dos exemplares ameaçados de extinção suprimidos para a implantação do empreendimento, a ser aprovado pela SUPRAM CM, e com implementação imediata.	60 dias partir da concessão desta licença.
8	Apresentar a SUPRAM CM relatório técnico-fotográfico, com periodicidade anual, do plantio compensatório dos exemplares ameaçados de extinção suprimidos para a implantação do empreendimento, com duração de 5 anos.	A partir da implantação do PTRF, durante a vigência da mesma, num prazo de 05 anos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

9	O empreendedor deverá respeitar um raio mínimo de 10 metros distante de todos sítios arqueológicos.	A partir da concessão desta licença.
10	Destinar todos os resíduos orgânicos, bem como os demais que forem gerados para locais devidamente licenciados.	A partir da concessão desta licença.
11	Apresentar relatório conclusivo referente às atividades realizadas no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD	Após o encerramento das atividades de sondagem
12	Realizar o tamponamento de todos os furos de sondagem com base na Nota Técnica de Procedimento do IGAM nº 1/2006, aprovada pela Portaria IGAM nº 26/2007.	Após o encerramento de cada praça de sondagem
13	Promover a umidificação das vias que serão utilizadas para a atividade de sondagem	Durante a Vigência da Licença
14	Realizar análise de água superficial semestralmente de todos os 6 (seis) pontos analisados nos estudos, considerando os mesmos parâmetros adotados nos estudos.	Durante a Vigência da Licença.
15	Executar todos os programas constantes nos estudos ambientais: Programa de Acompanhamento da Supressão Vegetal, Programa de Controle de Efluentes Líquidos, Programa de Drenagem e Controle de Processos Erosivos, Programa de Controle de Poeiras, Programa de Controle de Ruídos, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Plano de Gestão de Segurança, Programa de Segurança do Tráfego e Medidas Socioeducativas, Programa de Educação Ambiental, Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD	Durante a Vigência da Licença.
16	Somente realizar manutenção dos equipamentos em locais adequados e devidamente licenciados,	Durante a Vigência da Licença.

(*) Contado a partir da data de concessão da licença.

(**) Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo deste Parecer Único, poderão ser resolvidos junto à própria

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 30/34
-------------	--	-----------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM, mediante a análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes

I - O não atendimento aos itens especificados acima, assim como o não cumprimento de qualquer dos itens do PCA apresentado ou mesmo qualquer situação que descaracterize o objeto desta licença, sujeitará a empresa à aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental e ao cancelamento da Licença obtida;

II - Em razão do que dispõe o art. 6º da Deliberação Normativa COPAM Nº 13/1995, o empreendedor tem o prazo de 10 (dez) dias para a publicação, em periódico local ou regional de grande circulação, da concessão da presente licença

SUPRAM - CM	Rua Espírito Santo, 465 - Centro Belo Horizonte – MG CEP 30.160-030– Tel: (31) 3228 7700	DATA: 20/04/2012 Página: 31/34
-------------	--	-----------------------------------



ANEXO III DO PARECER ÚNICO
AGENDA VERDE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Número do Processo	Data da Formalização	Unidade do SISEMA Responsável processo
1.1 Integrado a processo de Licenciamento Ambiental	28058/2011/001/2012	03/10/2012	SUPRAM CM
1.2 Integrado a processo de APEF	06479/2012	03/10/2012	SUPRAM CM
1.3 Não integrado a processo de Lic. Ambiental ou AAF			
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: Kinross Brasil Mineração S/A		2.2 CPF/CNPJ: 20.346.524/0004-99	
2.3 Endereço: Avenida Afonso Pena nº. 4001		2.4 Bairro: Serra	
2.5 Município: Belo Horizonte		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 30.130-924
2.8 Telefone(s): (31) 3551-3279		2.9 e-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: Osvaldo Melquiades da Cruz		3.2 CPF/CNPJ: 300.909.466-34	
3.3 Endereço: Rua Virgílio Américo nº 600		3.4 Bairro: Zona rural	
3.5 Município: Ouro Preto		3.6 UF: MG	3.7 CEP:
3.8 Telefone(s):		3.9 e-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Fazenda Juca Lopes		4.2 Área total (ha): a ser verificada	
4.3 Município/Distrito: Ouro Preto/São Bartolomeu e Cachoeira do Campo		4.4 INCRA (CCIR): não possui	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: xxxxx Livro: XX		Folha: XX	Comarca: XX
4.6 Nº. registro da Posse no Cartório de Notas:		Livro:	Folha: Comarca:
4.7 Coordenada Plana (UTM)	X(6):	Datum: SAD 69	
	Y(7):	Fuso: 23	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: Rio das Velhas			
5.2. Sub-bacia ou microbacia hidrográfica: Ribeirão do Funil e Córrego do Feixo			
5.3 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
	5.8.1 Caatinga		
	5.8.2 Cerrado		
	5.8.3 Mata Atlântica		1,001
	5.8.4 Ecótono (especificar): Mata Atlântica e Cerrado		
	5.8.5 Total		1,001
5.4 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
5.4.1 Área com cobertura vegetal nativa	5.9.1.1 Sem exploração econômica		
	5.9.1.2 Com exploração sustentável através de Manejo		
5.4.2 Área com uso alternativo	5.9.2.1 Agricultura		
	5.9.2.2 Pecuária		
	5.9.2.3 Silvicultura Eucalipto		
	5.9.2.4 Silvicultura Pinus		
	5.9.2.5 Silvicultura Outros		
	5.9.2.6 Mineração		
	5.9.2.7 Assentamento		
	5.9.2.8 Infra-estrutura		
	5.9.2.9 Outros		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

5.4.3. Área já desmatada, porém abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, segundo vocação e capacidade de suporte do solo.	
5.4.4 Total	

5.5 Regularização da Reserva Legal – RL	
5.5.1 Área de RL : Termo de compromisso	5.10.1.2 Data da averbação:
5.5.2.3 Total	
5.5.3. Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca:	
5.5.4. Bacia Hidrográfica: Rio das Velhas	5.5.5 Sub-bacia ou Microbacia:
5.5.6 Bioma: Mata Atlântica	5.5.7 Fisionomia:

6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
6.1 Tipo de Intervenção	Quantidade		unid
	Requerida	Passível de Aprovação	
6.1.1 Supressão da cobertura vegetal nativa com destoca			ha
6.1.2 Supressão da cobertura vegetal nativa sem destoca	1,001	1,001	ha
6.1.3 Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa			ha
6.1.4 Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa			ha
6.1.5 Destoca em área de vegetação nativa			ha
6.1.6 Limpeza de área, com aproveitamento econômico do material lenhoso.			ha
6.1.7 Corte árvores isoladas em meio rural (especificado no item 12)			un
6.1.8 Coleta/Extração de plantas (especificado no item 12)			un
6.1.9 Coleta/Extração produtos da flora nativa (especificado no item 12)			kg
6.1.10 Manejo Sustentável de Vegetação Nativa			ha
6.1.11 Regularização de Ocupação Antrópica Consolidada em APP			ha
6.1.12 Regularização de Reserva Legal	Demarcação e Averbação ou Registro		ha
	Relocação		ha
	Recomposição		ha
	Compensação		ha
	Desoneração		ha

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO	
7.1 Bioma/Transição entre biomas	Área (ha)
7.1.1 Caatinga	
7.1.2 Cerrado	
7.1.3 Mata Atlântica	1,001
7.1.4 Ecótono (especificar)	
7.1.5 Total	1,001

8. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA		
8.1 Uso proposto	Especificação	Área (ha)
8.1.1 Agricultura		
8.1.2 Pecuária		
8.1.3 Silvicultura Eucalipto		
8.1.4 Silvicultura Pinus		
8.1.5 Silvicultura Outros		
8.1.6 Mineração	Pesquisa mineral	1,001
8.1.7 Assentamento		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

8.1.8 Infra-estrutura			
8.1.9 Manejo Sustentável da Vegetação Nativa			
8.1.10 Outro			
9. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			
9.1 Produto/Subproduto	Especificação	Qtde	Unidade
9.1.1 Lenha	comercializada	170 m3	m ³
9.1.2 Carvão			
9.1.3 Torete			
9.1.4 Madeira em tora			
9.1.5 Dormentes/ Achas/Mourões/Postes			
9.1.6 Flores/ Folhas/ Frutos/ Cascas/Raízes			
9.1.7 Outros			m ³
10. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS.			
11. RESPONSÁVEIS PELO PARECER TÉCNICO.			
Elenice Azevedo de Andrade MASP: 1.250.805-7			